

**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS**



**PROERD como ferramenta de auxilio educacional na escola Centro Municipal
de Educação Professor Paulo Freire.**

Adilson Freire Silva

**Asunción – PY
Dezembro de 2016**

**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
DIRECCIÓN DE POSTGRADOS**



Linha de Pesquisa: Currículo, Ensino e Aprendizagem (CEA)

**PROERD como ferramenta de auxílio educacional na escola Centro Municipal
de Educação Professor Paulo Freire.**

Adilson Freire Silva

Dissertação apresentada ao Programa de
Postgrado da Faculdade Interamericana
de Ciências Sociais - FICS, como
requisito para obtenção do título de Mestre
em Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlino Iván Morinigo

**Asunción – PY
Dezembro de 2016**

MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN
A COMISSÃO ABAIXO ASSINADA APROVA A DISSERTAÇÃO:

Adilson Freire Silva

**PROERD como ferramenta de auxilio educacional na escola Centro Municipal
de Educação Professor Paulo Freire.**

COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Prof. Dr. Carlino Iván Morinigo

ORIENTADOR

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Morel

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Prof. Dra. Susana Barbosa Galvão

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Prof. Dr. Ismael Fenner – Secretario General

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

Asunción – Paraguay
2016

Dedico este trabalho a Deus, a meu filho Tácio, minha filha Julia e minha amada esposa Mercia Patez, incentivos maiores de minha vida e companheiros para todas as ocasiões.

Agradeço a Polícia Militar da Bahia, em especial a Subtenente Rosa Maria Prado Valerio;
Escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire e todos os seus docentes;
A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

“O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário”.

(Albert Einstein)

RESUMO

O objetivo geral desse estudo foi verificar como PROERD pode ser usado como ferramenta de auxílio educacional na escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire. Nesta escola foi realizada uma pesquisa de campo com a aplicação de questionários estruturados junto aos docentes da escola, a aplicação desse instrumento ajudou o pesquisador compreender como a prevenção e a intervenção do uso de drogas está sendo realizada atualmente. Verificou-se que o PROERD é uma ferramenta que está sendo utilizada com boa recepção na escola, mas casos de violência e o uso de drogas ainda persiste na cultura escolar e atenção não pode deixar de ser dispensada. Concluiu-se que qualquer intervenção para prevenir ou recuperar dependentes químicos deve ser feita a partir de uma atitude solidária e respeitosa, considerando o aluno como um sujeito de direito. É necessário para isso, rever os preconceitos e evitar abordagens estigmatizantes ou desqualificantes. O assunto é delicado e a prevenção e a intervenção sobre a temática deve ser uma parceria de uma junta de profissionais. A escola deve fazer a sua parte como orientadora, utilizando como estratégias de prevenção o emprego da metodologia como a do PROERD, que envolvem equipes de apoio externas à escola, mas que tem muito a contribuir como mostrado nesse estudo.

Palavras-chaves: PROERD; Violência escolar; Uso de Drogas.

RESUMEN

El objetivo general de este estudio fue verificar cómo PROERD puede ser usado como herramienta de auxilio educativo en la escuela Centro Municipal de Educación Profesor Paulo Freire. En esta escuela se realizó una investigación de campo con la aplicación de cuestionarios estructurados junto a los docentes de la escuela, la aplicación de ese instrumento ayudó al investigador a comprender cómo la prevención y la intervención del uso de drogas está siendo realizada actualmente. Se verificó que el PROERD es una herramienta que está siendo utilizada con buena recepción en la escuela, pero casos de violencia y el uso de drogas aún persiste en la cultura escolar y la atención no puede dejar de ser dispensada. Se concluyó que cualquier intervención para prevenir o recuperar dependientes químicos debe ser hecha a partir de una actitud solidaria y respetuosa, considerando al alumno como un sujeto de derecho. Es necesario para ello, revisar los prejuicios y evitar enfoques estigmatizantes o descalificantes. El tema es delicado y la prevención y la intervención sobre la temática debe ser una asociación de una junta de profesionales. La escuela debe hacer su parte como orientadora, utilizando como estrategias de prevención el empleo de la metodología como la del PROERD, que involucran equipos de apoyo externos a la escuela, pero que tiene mucho que contribuir como se muestra en este estudio.

Palabras claves: PROERD; Violencia escuela; Uso de Drogas.

ABSTRACT

The general objective of this study was to verify how PROERD can be used as an educational aid tool in the Municipal School of Education Professor Paulo Freire. In this school a field research was carried out with the application of structured questionnaires to the teachers of the school, the application of this instrument helped the researcher to understand how the prevention and intervention of drug use is currently being carried out. It has been verified that PROERD is a tool that is being used with good reception in school, but cases of violence and drug use still persist in the school culture and attention cannot be waived. It was concluded that any intervention to prevent or recover chemical dependents should be done from a supportive and respectful attitude, considering the student as a subject of law. It is necessary to do this, to review prejudices and avoid stigmatizing or disqualifying approaches. The subject is delicate and prevention and intervention on the subject must be a partnership of a professional board. The school should do its part as a guide, using as prevention strategies the use of the methodology such as PROERD, which involves support teams outside the school, but which has much to contribute as shown in this study.

Key-words: PROERD; School violence; Drug Use.

LISTA DE SIGLAS

CEL- Coronel

CNS- Conselho Nacional de Saúde

DARE- Drug Abuse Resistance Education

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

EUA- Estados Unidos da America

FAD- Fundação Contra Toxicodependência

UNICEF- United Nations Children's Fund

ONU- Organização das Nações Unidas

PM- Polícia Militar

PNE- Plano Nacional de Educação

PROERD- Programa Educacional de Resistência as Drogas

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade	43
Gráfico 2: Cursos realizados	43
Gráfico 3: Nível de escolaridade	44
Gráfico 4: Tempo de experiência profissional	44
Gráfico 5: Violência na escola	46
Gráfico 6: Usuário de drogas	47
Gráfico 7: Tratamento diferenciado para dependentes de drogas	49
Gráfico 8: PROERD	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Considerações iniciais	14
2.2 Abordagem Conceitual	16
2.2.1 Vitimização	16
2.2.2 Intervenção	17
2.2.3 Criança	18
2.2.4 Escola	18
2.2.5 Escola Pública	19
2.3 Legislações nacionais de proteção às crianças	21
2.4 Uso de drogas	23
2.4.1 A intervenção pelo uso das drogas	26
2.5 Programa D.A.R.E e o PROERD no Brasil	32
2.5.1 População Alvo / Elegibilidade	32
2.5.2 Atividades de Programa	33
2.5.3 Teoria do Programa	34
3 METODOLOGIA	41
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	42
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
ANEXO 1	54
ANEXO 2	58

1 INTRODUÇÃO

Se procurarmos uma definição clara e simples para o termo violência, nos depararemos com inúmeras e amplas explicações para o termo, já que alguns estudos optam por uma concepção ampliada de violência: tanto a violência enquanto a ação causadora de dano como as mais diversas dimensões identificadas pelos integrantes do universo da pesquisa.

Ainda que o meio externo à escola sinalize altos e crescentes níveis de criminalidade, o cotidiano da escola é frequentemente afetado indiretamente. A violência a invade sem limites e sem respeito, colocando “em cheque” anos de formação de profissionais preocupados e envolvidos com o ato de educar.

Destacam-se várias pesquisas desenvolvidas, a partir da década de 1980, por um grupo composto pelas instituições públicas da educação, associações de classe e, em menor grau, por instituições privadas de pesquisa quanto por acadêmicos e equipes de investigação ligadas às universidades.

Curiosamente, neste período, o tema violências nas escolas, foi sendo abordado com maior ênfase pelos profissionais das Ciências Sociais, em lugar dos especialistas em Educação, cujo interesse foi despertado tardiamente em consequência das linhas de pesquisa existentes.

Embora esses estudos ainda sejam iniciais, por focarem em grande maioria situações regionais ou localizadas, os resultados obtidos apontam as principais modalidades de violência: ações contra o patrimônio, tais como as depredações e as pichações, na década de 1980, bem como as formas de agressão interpessoal, principalmente entre os próprios alunos, na década de 1990.

Na década de 1980, foram realizados poucos estudos sobre a violência familiar e as suas respectivas influências nas escolas sejam pelas dificuldades inerentes à própria pesquisa, tendo em vista a resistência das escolas na disponibilização de dados, seja pela ausência de continuidade das pesquisas.

Inicialmente, notam-se algumas iniciativas dispersas por parte do poder público, cuja a finalidade era retratar o quadro de violência nas escolas. Deste modo, visto que o tema é de recente interesse dos pesquisadores, encontrou-se grande dificuldade em recolher material bibliográfico específico acerca do tema a ser discutido.

Este fato limitou um pouco o trabalho de pesquisa ocasionando a opção pela revisão da literatura existente como forma de reler o que já se produziu a respeito do assunto. Assim, este ensaio pretende suscitar discussões acerca da relação escola e violência e o consumo de drogas a partir de uma breve revisão da literatura contemporânea, buscando um diálogo entre autores e fazendo um apanhado histórico em suas últimas publicações sobre o tema. Não obstante entrevistaremos docentes da escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire, onde buscaremos compreender as estratégias para auxílio de alunos dependentes de drogas e as medidas adotadas de prevenção. Buscaremos verificar junto aos docentes o uso das estratégias do PROERD- Programa educacional de resistência às drogas e à violência, que tem como base o D.A.R.E. "Drug Abuse Resistance Education", que foi desenvolvido nos Estados Unidos da América em 1983. O D.A.R.E. está presente nos 50 estados americanos e em mais de 55 países, inclusive no Brasil, onde recebeu o nome de PROERD e está sendo aplicado em 26 Estados.

No Brasil o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD foi inicialmente implantado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1992, pelo então Comandante Geral CEL PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, e hoje é compreendido como uma ferramenta moderna e eficaz que ajuda pais e educadores na difícil missão de prevenir o consumo de drogas entre jovens escolares.

O objetivo geral desse estudo é verificar como PROERD pode ser usado como ferramenta de auxílio educacional na escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire. Nesta escola será realizada uma pesquisa de campo com a aplicação de questionários estruturados junto aos docentes da escola para compreendermos como a prevenção e a intervenção do uso de drogas está sendo realizada.

Em relação à estrutura do trabalho, a introdução apresenta a contextualização do tema, a problemática e os objetivos gerais e específicos do estudo.

Posteriormente, no capítulo 2, será apresentada a fundamentação teórica com a discussão e a apresentação de dados colhidos na pesquisa bibliográfica. A metodologia empregada será descrita no capítulo 3.

Os resultados colhidos e a análise dos dados estarão presentes no capítulo 4. Por fim, serão apresentadas as conclusões obtidas e as referências utilizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Considerações iniciais

Por muitas décadas, crianças de todo o mundo eram tratadas de forma desumana. No Brasil, somente a partir da década de 80 a violência e os maus tratos contra as crianças e aos adolescentes passaram a receber mais atenção. No entanto várias instituições, como a ONU já lutavam para sanarem esse problema que é de ordem mundial.

Dentre as várias conquistas contra a violência à criança e ao adolescente está a Declaração Universal da Criança que foi publicada em 20 de Novembro de 1959. Após a aprovação dessa lei, outras leis foram criadas com o objetivo de proteger e garantir o direito à criança e ao adolescente de ser um indivíduo em pleno desenvolvimento e a criança de ser respeitada em seu aspecto de fragilidade e inocência.

Princípio I - À igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.

▪ A criança desfrutará de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Estes direitos serão outorgados a todas as crianças, sem qualquer exceção, distinção ou discriminação por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, nacionalidade ou origem social, posição econômica, nascimento ou outra condição, seja inerente à própria criança ou à sua família.

Princípio II - Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.

▪ A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços a serem estabelecidos em lei e por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança.

Princípio III - Direito a um nome e a uma nacionalidade.

▪ A criança tem direito, desde o seu nascimento, a um nome e a uma nacionalidade.

Princípio IV - Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe.

▪ A criança deve gozar dos benefícios da previdência social. Terá direito a crescer e desenvolver-se em boa saúde; para essa finalidade deverão ser proporcionados, tanto a ela, quanto à sua mãe, cuidados especiais,

incluindo-se a alimentação pré e pós-natal. A criança terá direito a desfrutar de alimentação, moradia, lazer e serviços médicos adequados.

Princípio V - Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente.

- A criança física ou mentalmente deficiente ou aquela que sofre de algum impedimento social deve receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais que requeira o seu caso particular.

Princípio VI - Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade.

- A criança necessita de amor e compreensão, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade; sempre que possível, deverá crescer com o amparo e sob a responsabilidade de seus pais, mas, em qualquer caso, em um ambiente de afeto e segurança moral e material; salvo circunstâncias excepcionais, não se deverá separar a criança de tenra idade de sua mãe. A sociedade e as autoridades públicas terão a obrigação de cuidar especialmente do menor abandonado ou daqueles que careçam de meios adequados de subsistência. Convém que se concedam subsídios governamentais, ou de outra espécie, para a manutenção dos filhos de famílias numerosas.

Princípio VII - Direito à educação gratuita e ao lazer infantil.

- O interesse superior da criança deverá ser o interesse diretor daqueles que têm a responsabilidade por sua educação e orientação; tal responsabilidade incumbe, em primeira instância, a seus pais.
- A criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras os quais deverão estar dirigidos para educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício deste direito.
- A criança tem direito a receber educação escolar, a qual será gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Dar-se-á à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita - em condições de igualdade de oportunidades - desenvolver suas aptidões e sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade.

Princípio VIII - Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes.

- A criança deve - em todas as circunstâncias - figurar entre os primeiros a receber proteção e auxílio.

Princípio IX - Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho.

- A criança deve ser protegida contra toda forma de abandono, crueldade e exploração. Não será objeto de nenhum tipo de tráfico.
- Não se deverá permitir que a criança trabalhe antes de uma idade mínima adequada; em caso algum será permitido que a criança dedique-se, ou a ela se imponha, qualquer ocupação ou emprego que possa prejudicar sua saúde ou sua educação, ou impedir seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

Princípio X - Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

A criança deve ser protegida contra as práticas que possam fomentar a discriminação racial, religiosa, ou de qualquer outra índole. Deve ser educada dentro de um espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universais e com plena consciência de que deve consagrar suas energias e aptidões ao serviço de seus semelhantes.

(Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente (ONU e UNICEF, 1959).

A violência afeta de diversas maneiras o desenvolvimento da criança, esta violência está ligada a diversos fatores como: socioeconômicos, políticos dentre outros, que geram desigualdades e negam o acesso aos bens e serviços.

Estes fatores interferem na dignidade humana que passa a perder a noção da ética e do respeito gerando condutas violentas. A violência causa danos como: dor, sofrimento, medo, isolamento. A violência tem ganhado atenção sendo cometidas em pessoas mais frágeis, entre elas: as crianças. A violência está interligada às interpelações na comunidade, na sociedade e principalmente no núcleo familiar, onde se incide o maior foco. Por isso todos devem aderir à causa em busca de soluções para sanar a violência intrafamiliar e social.

2.2 Abordagem Conceitual

2.2.1 Vitimização

A vitimização ocorre quando outrem comete um ato que viole o direito de outra pessoa, agredindo, ofendendo, ameaçando, expondo ao ridículo ou cometendo violências físicas que vão contra aos princípios legais e ferem os direitos humanos das pessoas. Geralmente, a pessoa vitimada é frágil em relação ao agressor, que usa essa fraqueza e fragilidade para cometer o ato.

Segundo Ferreira (2002) vitimização é o ato de fazer vítimas, ou seja, o ato de cometer violência contra outrem. Para Silva (2007) a vitimização é um processo vitimizatório estes são termos neológicos, oriundos de “vítima”, e significam ação ou efeito de alguém que vem a ser vítima de sua própria conduta ou da conduta de terceiro, ou fato da natureza. De acordo com, Gomes e Molina (2000) a vitimização é um processo complexo, pelo qual alguém se torna, ou é eleito a tornar-se, um objeto-alvo da violência por parte de outrem. Como processo, implica uma rede de ações e/ou omissões, interligadas por interesses, ideologias e motivações conscientes ou inconscientes.

A violência é interligada a vitimização, pois a violência é o resultado da ação ou força praticada na intenção de coagir, constranger ou convencer a capacidade de resistência de alguém mais fraco.

Segundo Ferreira (2005) a violência é a qualidade de uma pessoa violenta que pratica o ato de violentar. Já a violação é ofender com violência, infringindo, transgredindo de forma impetuosa e veemente fazendo uso da força bruta. Após estudos e o crescimento da violência em todo contexto social, surge a necessidade de estudos mais aprofundados na área de vitimização, então surge a “Vitimologia” que é a ciência voltada para estudos da vítima. Esta ciência segundo Moreira Filho (1999) é uma ciência autônoma na interpretação de alguns criminólogos e especialistas da área penal. A mesma partiu da Criminologia que é a ciência de estudo do crime, do delinquente, da vítima e do controle social do comportamento dos criminosos. A palavra “Vitimologia” é latina com raiz grega que significa o estudo das vítimas.

Segundo Ribeiro (2001) o estudo da vítima refere-se à sua personalidade do ponto de vista biológico, psicológico e social e de sua proteção social, jurídica, e dos meios de vitimização. Analisa-se também sua inter-relação com o vitimizador e os aspectos interdisciplinares e comparativos.

2.2.2 Intervenção

A intervenção é a maneira usada para interferir em situações seja, onde alguém esteja cometendo injustiça contra outra pessoa ou violências, bem como interferir em diversas situações, pois é uma palavra ampla e abrangente.

No entanto, nessa ilustre pesquisa, a palavra interferir pode ser compreendida como a ação de diagnosticar a situação do vitimado e dar encaminhamentos para que o mesmo tenha sua integridade garantida, bem como seja protegida e preservada da situação que o expõe em risco, ou seja, longe do vitimador ou agressor.

Segundo Ferreira (2002) a Intervenção é o ato de intervir ou de realizar interferência, onde se requeira, é a ação de intervir de mediar e de interceder.

Para Costa (1986) a intervenção é o ato ou efeito de intervir. Essa intervenção pode ser para coibir qualquer ato fora do padrão ou para ajudar a resolver um problema mediando à situação.

2.2.3 Criança

A Criança é considerada ingênua, inexperiente, acredita em tudo que lhe dizem, pois não tem maturidade para avaliar o que realmente é verdadeiro ou não.

A criança está em fase de desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo e nesta fase necessita de um adulto para acompanhar este processo, propiciando um ambiente saudável e harmonioso para seu desenvolvimento. Este adulto pai, mãe ou responsável é visto pela criança como o protetor. Cabe a estes cuidadores assegurar a integridade física e mental destas crianças, colocando-as em qualquer situação de violência, maus tratos, negligência abandono e abusos.

Na lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) a criança é compreendida como aquela de idade entre 0 a 11 anos e 11 meses, ou seja, até doze anos incompletos. “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade. (ECA, 1990, pg.11)”.

Segundo Ferreira (2002) a criança é um indivíduo da espécie humana na infância (em desenvolvimento) seja ela menina ou menino.

2.2.4 Escola

A escola é o estabelecimento onde se ensina: ir à escola. Conjunto dos adeptos de um mestre ou de uma doutrina filosófica, literária etc.; O que proporciona instrução, experiência. Estar em boa escola, conviver com pessoas idôneas. Ter muitos seguidores. (FERREIRA, 2002 pg. 363).

Inicialmente, pode-se compreender a escola como um espaço físico com salas separadas, cadeiras, mesas, professores e alunos, porém a definição de escola é

bem mais abrangente, do que simplesmente uma espaço físico onde se aprende a ler e escrever.

A escola também é o lugar que aprendemos a viver em grupo, aprendemos a respeitar as diferenças, e principalmente criamos opiniões críticas e somos formados como cidadãos reflexivos e conscientes. “Art. 53. a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990-ECA)”.

A escola é um espaço, onde as crianças e os adolescentes concretizam o direito à educação, onde são motivados a investigar e pesquisar, onde aprendem para vida de maneira plural. É na escola que se exprime a garantia de uma permanência da ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade, bem como dar suporte para que o educando tenha uma base para prosseguir em sua vida interpessoal e pessoa e a escola que forma cidadãos conscientes e pensantes.

Segundo Piaget (2006) a escola é o local, onde se realiza o ato de educar, e educar é adaptar o indivíduo ao meio social ambiente. Logo, a escola moderna deve ser capaz de conciliar e utilizar, tanto as tendências próprias que a fase infantil apresenta quanto à atividade espontânea, que é inerente ao desenvolvimento mental para auxiliar as crianças a desenvolverem seu potencial, sem que se crie, com isso, um sistema de exclusão ou de seleção.

2.2.5 Escola Pública

Após diversas lutas e revoluções para reforma da educação brasileira, vários militantes conquistaram a evolução na educação. A educação que antes era restrita às pessoas ricas passou a se estender para todos de maneira “gratuita e laica”, ou seja, independente de raça, cor, religião e sem cobrança de taxas ou mensalidades. A escola pública e a educação ganham forças com art. 5º da Constituição Federal que passa a vigorar como um espaço público fornecido pelo estado garantindo o ensino laico e gratuito àqueles que dela necessitar. É dever do Estado, garantir com prioridade o acesso a todos. É dever do Estado, assegurar à criança de zero a seis

anos de idade o atendimento em creche e pré-escola (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Mesmo sendo previsto constitucionalmente, o governo ainda caminha vagarosamente para atender a demanda de educação infantil de 4 e 5 anos de idade e também as crianças de 0 a 3 anos na escola integral (antigas creches). Assim, pode-se dizer que um dos maiores violadores do direito a criança por omissão é o Estado, que não realiza ações efetivas para atender o que está previsto em lei.

O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, garante na forma da lei o ensino público e gratuito:

Escola Pública: Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990-ECA).

A grande dificuldade que a escola enfrenta, atualmente, é a dificuldade dos familiares participarem e acompanharem o processo de ensino e aprendizagem dos filhos, e isso interfere na aprendizagem e desenvolvimento sócio-afetivo e cognitivo da criança.

Muitos consideram que a obrigação dos pais é apenas matricular seus filhos na escola, e o resto cabe ao professor: educar, ensinar e cuidar, no entanto isso é um trabalho realizado em conjunto conforme previsto no Art. 4 do ECA. Cabe à família matricular e acompanhar os filhos na escola, conhecer a escola, saber o que está sendo ministrado aos filhos e participar das reuniões.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990-ECA).

Como já citado anteriormente, o governo é o maior violador dos direitos inerentes à criança e ao adolescente, pois não há escolas suficientes para atender a demanda de escolas integrais (creches) e nem para atender a educação infantil de 4 a 5 anos.

Muitas dessas crianças ficam a mercê do perigo, pois muitas famílias trabalham e não tem como custear uma escolinha particular, então elas deixam seus filhos aos cuidados de terceiros ou até mesmo sós ou com irmãos de 07 a 13 anos. Muitos casos de acidentes em casa e violências ocorrem dentro desse contexto.

Com relação ao ensino especial, muitos profissionais recebem alunos nas escolas inclusivas, sem ter um preparo para lidar com aquela situação e na grande maioria a escola não tem estrutura física nem possuem material para assistir aquele aluno.

Esse aluno acaba ficando de lado ou tem atenção maior do que os outros mostrando que na verdade inclusivo só tem o nome, pois a realidade é bem diferente.

2.3 Legislações nacionais de proteção às crianças

Diversas legislações enfatizam a proteção e o direito a criança para ter sua formação integral e sadia. Dentre os diversos dispositivos legais e constitucionais está o Estatuto da Criança e do Adolescente, que elenca no art. 5º, a proteção à criança¹.

¹ Art.5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (Lei 8069/90 - ECA.)

Quando são identificadas situações, onde as crianças e os adolescentes estão sendo vítimas, como visto no art. 5º, cabe aos profissionais acionar e notificar os órgãos de proteção à criança e ao adolescente. A notificação não pode ser encarada como um favor, nem um ato de caridade que o profissional poderá ou não prestar; e sim um dever que se não for cumprido caberá ao profissional responder sanções. É direito da criança o recebimento do cuidado institucional da escola e das instituições de saúde.

O artigo 245 do ECA define como infração administrativa a não comunicação de tais eventos pelos: médicos, professores ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, à autoridade competente, sujeita à multa de três a vinte salários de referência. Segundo o ECA em seu artigo 13, os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos devem ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade de moradia da vítima. A notificação cabe a qualquer cidadão que é testemunha ou tome conhecimento e tenha provas de violações dos direitos de crianças e adolescentes. A denúncia pode ser feita, até mesmo, de forma anônima aos vários serviços de proteção da infância e da juventude mais próximos como Disque-100, que repassará tais informações aos Conselhos Tutelares mais próximos à residência da vítima. E aos órgãos de proteção a criança e ao adolescente.

A criança ganha atenção especial, após as legislações e às leis vigentes e passa a ser considerada como um ser em desenvolvimento; e com isso ganha atenção e prestígio. Ressalta-se que a educação infantil visa à educação pedagógica na escola para crianças de 0 a 3 anos em escola integral e de 4 a 5 anos em pré-escola².

Sabe-se que um dos maiores fatores de crianças que são vitimadas ocorre por questões de desestrutura familiar, pela condição social e financeira.

² Não são apenas argumentos econômicos que tem levado governos, sociedades e famílias e investirem na atenção as crianças pequenas. Na base dessa questão está o direito ao cuidado e a educação a partir do nascimento. A educação é um elemento constitutivo da pessoa e, portanto deve estar presente desde o momento em que ela nasce como meio de e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal(PNE, 2001 p.15).

2.3 Uso de drogas

O aumento do índice de consumo de drogas nas grandes metrópoles brasileiras fortalece o crime organizado, o que gera certamente o aumento da violência (BERMAN *et al*, 2009).

Educação não é fácil, nunca foi. No entanto, é uma tarefa que os pais não podem delegar. Não é nenhuma *fórmula mágica* para o "sucesso" nesta área, mas algumas chaves que podem ajudar nossas crianças a enfrentar uma menor vulnerabilidade a riscos, como drogas (COSTA (1986)

Trabalhando com menores valores de proteção como a auto-estima, auto-controle, empatia ou habilidades de negação pode ser uma das estratégias mais eficazes para prevenir, no futuro, problemas de comportamento, tais como o abuso de drogas manifesto (CLAYTON *et al*, 1996).

O objetivo é treinar pessoas, adolescentes futuros e jovens com habilidades críticas que podem lidar com a pressão de grupos de pares, modas ou estereótipos sociais que mantêm seu próprio critério e autonomia. Mas, para isso, é necessário que a família e a escola comecem a trabalhar com eles desde cedo. Tanto a escola e a família definindo Fundação Contra a Toxicodependência (FAD) têm programas educacionais específicos para promover valores preventivos como seções de idades concretas (BERMAN *et al*, 2009).

Para iniciar a prevenção do uso de drogas os pais devem ter informações suficientes a partir das substâncias e sobre formas de intervir para impedir os abusos. Muitas vezes é necessário desenvolver estratégias que fortalecem os fatores de proteção de crianças e temos de ter em conta quatro áreas: estabelecimento de normas adequadas, criar uma boa relação emocional com os filhos, melhorar a comunicação com as crianças e facilitar uma utilização bem sucedida de tempo livre (BERMAN *et al*, 2009).

Naturalmente, para abordar cada uma dessas quatro áreas, devemos considerar a idade das crianças. Cada fase tem suas próprias características e temos de nos adaptar a elas. Por exemplo, 3 a 6 anos na fase infantil, é importante enfatizar variáveis, tais como empatia, auto-expressão emocional, habilidades de auto-afirmação e auto-controle. De 6 a 12 anos e deve continuar a trabalhar todos estes valores e atitudes também para a saúde, auto-estima e interação habilidades. A partir

do 12, é necessário trabalhar especificamente tomada de decisão, habilidades e atitudes opostas à droga (CLAYTON *et al*, 1996).

No entanto, a prevenção é uma obra de todos, não apenas especialistas, os pais ou educadores. Prevenção consiste na soma das contribuições que cada um pode oferecer: professores, pedagogos, médicos, profissionais de saúde, policiais, juízes, mídia. Todos tem algo a dizer e algo para fazer e ninguém pode fazê-lo sozinho (BERMAN *et al*, 2009).

Os pais precisam saber que (CLAYTON *et al*, 1996):

- Drogas sempre existiram e continuarão existindo; portanto, temos de educar as crianças conviver, impedindo-os de chegar a estabelecer uma relação problemática;

- Não é necessário saber muito sobre drogas, mas precisa saber como educar seus filhos;

- Não seja obsessivo com más influências. Educação deve ser autônomo e independente.

- Não tente escolher as opções que você acha que são os melhores. Ensine-o a tomar decisões e assumir a responsabilidade por suas escolhas.

- Medo não deve entrar em conflito com os seus filhos.

- Servir como um modelo de uso bem-sucedido e saudável dos tempos livres.

- Não pense que eu não tenho conhecimento suficiente para educar. Se você tem vontade real de fazer isso, você vai fazer bem. Tire um tempo, tenha em mente algumas idéias básicas e aplicar o senso comum.

O uso de drogas entre os estudantes é uma realidade que pode ser evitado: o Ministério da Educação pretende para abordar a prevenção de droga a partir de uma orientação abrangente e sistêmica, cujas ações devem contemplar as diversas áreas onde a vida se desenrola e os alunos, estimulando a participação de diretores, professores, estudantes e familiares. Neste sentido, propõe-se a incentivar a comunidade escolar a conhecer cada membro da sua comunidade, compartilhar espaços comuns e alcançar uma mais ativa e empenhada empreitada com o intuito de melhorar a qualidade da educação de todas as crianças e jovens de nosso país (BERMAN *et al*, 2009).

A escola e seu papel protetor

Escolas e faculdades são um dos principais agentes de socialização, juntamente com a família e o grupo de pares, e que é nestes espaços onde esses processos iniciados na família é continuado, quer reforçando atitudes geradas nele ou modificando-os em casos quando necessário (CLAYTON *et al*, 1996).

Educação e prevenção

Em relação ao currículo nacional, as instituições educacionais podem atingir determinado resultados de aprendizagem resultados sem negligenciar questões emergentes, tais como; a prevenção da gravidez na adolescência, vida escolar, cuidados ambientais, segurança da escola, auto-cuidado, participação cidadã e prevenção do uso de drogas. Esses aprendizados são (BERMAN *et al*, 2009):

- Auto-conhecimento e desenvolvimento pessoal.
- Desenvolvimento da auto positiva - imagem e auto - estima.
- Desenvolver habilidades sociais, tais como: comunicação, liderança, assertividade, a tomada de decisões.
- Gerenciar informações precisas e atualizadas.
- Avaliação transmissão de valores e atitudes dos outros.
- Manter uma atitude crítica em relação discurso social atual sobre questões emergentes e rever os seus próprios mitos e crenças.
- Desenvolver competências para a construção de um projeto de vida.

Família e escola

Como pais muitas vezes sentimos a preocupação de que nossos filhos / as começar em álcool e outras drogas. Esta preocupação é real, porque a cada dia que obtém-se informações de meios de comunicação ou o uso de drogas mais próximo em relação entre as crianças e ambiente jovem. Para evitar o uso de drogas entre os seus filhos, as famílias devem (CLAYTON *et al*, 1996):

- Manter a comunicação com seus filhos, incentivando-os a dizer o que pensam e o que acontece com eles.
- Conhecer e controlar que se reúnem os filhos, conhecer seus amigos.

- Controlando chegada e de partida, não esquecendo que deve ser adquirida progressivamente uma maior autonomia.
- Cuidar a alimentação de seus filhos, privilegiando alimentos saudáveis.
- Promover o esporte e recreação ao ar livre para os seus filhos, que deve ter idealmente a toda a família.

Por que evitar na escola?

Objetivos da prevenção nas escolas.

As ações preventivas realizadas fora nas escolas devem cumprir os seguintes objetivos (BERMAN *et al* 2009):

- Promover estilos de vida saudáveis e ambientes educacionais.
- Desenvolver atitudes, valores e competências nos alunos, para que eles tenham as ferramentas e habilidades para enfrentar a vida sem o uso de drogas.
- Reforçar os laços da comunidade educativa.
- Detectar e intervir precocemente contra o uso de drogas.
- Desenvolver atitudes, valores e habilidades com os professores a assumir um papel ativo na prevenção do uso de drogas.
- Sensibilizar a família para ter um papel ativo na prevenção dos filhos / as.

2.4.1 A intervenção pelo uso das drogas

Em 1912 acontecia a Conferência de Haia para tratar sobre as primeiras intervenções sobre drogas, que segundo Rodrigues (2012) há cem anos atrás não eram nem regulamentadas, nem proibidas. O objetivo da conferência era limitar a aplicação de tais substâncias apenas como finalidades médicas, porém até então não havia proibição nem do comércio, nem do uso constante, não havendo assim o narcotráfico.

Quando o uso das drogas começou a se tornar um problema de saúde pública e viu-se que havia tido um corte tanto de status, quanto de forma racista em relação a cada tipo de droga, as substâncias ilícitas, até então não proibidas, virou um problema de ordem pública e segundo Rodrigues (2012) essa virada se deu já no século XIX. Rodrigues (2012) relaciona em suas pesquisas que a droga do Brasil era a heroína e passou a ser utilizada por prostitutas e cafetões. E a maconha era utilizada por capoeiristas (arte marcial provinda dos escravos no Brasil, que usavam a luta como forma de se defender).

Após ter sido classificada por raça, status social e ter virado problema de ordem pública, a sociedade começou a descriminalizar e a demonstrar medo social, falso moralismo e todos esses aspectos fizeram com que viesse a proibição total dos usos das substâncias ilícitas. Essa proibição não foi de toda eficaz, ficando assim as margens da lei. Deu início então ao começo do tráfico de drogas e virou, de acordo com Rodrigues (2012, p. 14) uma “ameaça às sociedades civilizadas”.

A realidade identificada pela sociedade atual, pode ser rastreada até a convenção de Haia de 1912. Nessa convenção, foi feito o primeiro esforço, dentre vários outros que o precederam, para tomar regulatórias acerca de narcóticos. Atualmente, os indivíduos envolvidos nesse mercado não marginalizados, e apontados como principais responsáveis pelo aumento latente na violência dos Estados, segundo dados do mapa da violência, que mostram um aumento de 13,4% no número total de homicídios entre 2002 e 2012.

A marginalização do indivíduo, entretanto, pode ser datada desde o início da Revolução Industrial. Segundo estudos feitos por Friederich Engels, em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, a ideia de marginalização está associada a própria criação da família. Segundo Marx:

A família moderna contém, em germe, não apenas a escravidão (servitus) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado." (MARX APUD ENGELS, 1984).

O comentário acima, da famosa obra de Engels, pode ser considerado o ponto inicial da marginalização dos indivíduos, apesar de ressaltar que mesmo no Feudalismo (sistema imediatamente anterior, já existiam classes sociais rígidas como os burgueses, nobres, etc.): com a Revolução Industrial, iniciada em 1888 na

Inglaterra, foram adotadas várias medidas, como o cercamento dos campos, a instauração da propriedade privada, etc. Essas medidas criaram uma enorme massa de pessoas, trabalhadores em potencial, que precisaram se adaptar ao novo sistema para poder sobreviver.

Essa nova realidade segmentou a sociedade em duas classes: os donos de propriedades e o exército industrial de reserva (trabalhadores em potencial). Os indivíduos que não conseguiram se adaptar ao novo modo de produção, onde as fabricas e os maquinários substituíram as produções artesanais, foram colocados a par da sociedade, marginalizados. Esses indivíduos que foram expropriados de suas propriedades, e que viviam à margem do sistema, foram criminalizados dentro da própria revolução industrial: evidência disso é a lei que criminalizou as pessoas que vivem à margem do sistema.

O conceito de indivíduos ligados ao tráfico, se relaciona com esses indivíduos que vivem à margem do sistema capitalista, executando atividades que o sistema não reconhece como legítimas. Especificamente sobre o tráfico de drogas, segundo Misse (1997), a comercialização ilegal da cocaína só foi detectada a partir da década de 1970.

O início do tráfico e a divisão de classes sociais fizeram com que houvesse uma maior vulnerabilidade social e de acordo com Telles e Hirata (2007) os indivíduos começaram a “oscilar entre empregos mal pagos e atividades ilícitas”, a exemplo do que ocorrera no efervescer da Revolução Industrial.

Luz, Wosniak e Savi argumentam que,

A maior vulnerabilidade não deve ser entendida como uma decorrência imediata da ação voluntária dos indivíduos, grupos populacionais ou nações, mas sim, está relacionada a condições objetivas do meio natural e social em que os comportamentos acontecem, ao grau de consciência dos indivíduos, grupos populacionais ou nações tem sobre esses comportamentos e o poder de transformação que possuem a partir dessa consciência. (LUZ, WOSNIAK, SAVI, 1999, p.88).

Para indivíduos das comunidades menos favorecidas, apesar do pouco conhecimento sobre alguns tópicos, sentem que economicamente estamos situados em um país de diferenças econômicas significativas e segundo Faria e Barros (2011) há um desamparo em relação aos direitos dos cidadãos para essas comunidades. O acúmulo do capital e a ideia de se gerar grandes lucros com minimização dos investimentos faz com que o mercado ilegal ganhe força, e o tráfico de drogas passa

a ser reconhecido como uma das indústrias mais lucrativas do mundo (FARIA; BARROS, 2011).

Forma-se assim a fronteira entre o legal e o ilegal, que vai além do olhar da mídia em transformar os bandidos e traficantes nos verdadeiros criminosos. Tal fronteira se dá em todas as classes sociais, pois a mesma pessoa que critica o jornal à noite quando se fala da impunidade dos crimes, é a pessoa que suborna um policial para que não leve uma multa durante o dia. O fato é que as pessoas das comunidades menos favorecidas que precisam conviver com o tráfico ao lado, sabem transitar entre o ilegal e o legal e reconhecer os códigos morais de ambos os lados para “sobreviver na adversidade” (TELLES; HIRATA, 2007).

Assim, as “estruturas de controle social criam um espaço de intermediação entre o mundo da ordem e o mundo da desordem” (BATISTA, 2003), onde as pessoas que não tem a oportunidade de estudar ou que escolhem não estudar para se dedicar à um mercado que lhe dê um retorno significativo mesmo que com consequências severas, ganham mídia. Tal ação faz com que o crescimento econômico seja negativamente associado as desigualdades sociais, Kim (2009) ressalta que “as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, medidas pelo nível de emprego e da renda “per capita” se revelaram fortes condicionantes para explicar variações na produção criminal”. As recompensas do crime têm sido maiores para os jovens do que a participação contínua na escola com os estudos.

De acordo com pesquisas realizadas por Dowdney (2004), nos anos 80 jovens e crianças não eram empregadas pelo tráfico de drogas com tanta frequência como nos dias atuais, mas isso dependia de como os “donos da boca” viam o trabalho infantil, pois algumas crianças recebiam presentes em troca de alguns favores e não tinha permissão de andarem armadas. Na mesma pesquisa notou-se que com a chegada de outras drogas, como a cocaína, o mercado obteve grande expansão e assim a empregabilidade das crianças aumentou mas só eram pagas com dinheiro quando eram promovidas de função.

A falta de lei e projetos sociais que funcionem e que protegem essas crianças da entrada no tráfico, faz com que os traficantes coíbam menores de idade que não podem ser presos para fazer serviços menores e circular a economia de sua “boca”. De acordo com Souza (1997), “para garantir maior tranquilidade para o seu negócio, os traficantes tendem a coibir outros tipos de crimes”, principalmente contra

moradores da comunidade pois uma das regras do tráfico de drogas é respeitar a família enquanto o nome do traficante estiver limpo.

A prática da ameaça é a mais utilizada para os infratores das leis dentro do tráfico de drogas, “justiça feita pelas próprias mãos na ausência da Justiça” (FARIA; BARROS, 2011). Tais leis internas visam controlar a prática de todos os trabalhadores e com isso ganham o que Dowdney (2004) chama de “reciprocidade forçada” perante a comunidade. Ao fato que a comunidade se sente segura por saber que nenhum crime acontecerá sem aviso prévio por pena de sofrer uma pena, os moradores precisam manter um código ao não revelar as atividades ilícitas para as autoridades.

Desta forma, vai-se construindo uma rede entre o tráfico, a comunidade e as famílias com parentes envolvidos, e segundo Faria e Barros (2011), as pessoas envolvidas sentem orgulho de seu cargo dentro do tráfico pelo nível de dificuldade em lidar com a ilegalidade do comércio e pelo ganho financeiro demasiado.

A importância de saber as estruturas de controle social e também da articulação das comunidades com o tráfico vem a partir da necessidade de sabermos como esse indivíduo se encontra neste ambiente e como em particularidade, o tráfico se encaixa em sua história de vida. Em que posição do status social ele se visualizou e com que finalidade de ganho. Por não saber em que posição social cada indivíduo entrevistado ira se encontrar, precisa-se ter uma visão geral sobre todas as estruturas provindas do tráfico de drogas.

Bill e Athayde (2006), no documentário *Falcão: meninos do tráfico*, ilustram a repercussão do tráfico de drogas e suas consequências nas famílias dos que nele estavam envolvidos. “Meu sonho é ser palhaço. Quando eu fizer 18 anos, vou largar esse fuzil e procurar um circo” (BILL; ATHAYDE, 2006), assim começa a dedicatória de um dos documentários sobre o tráfico de drogas que mais chocou o Brasil; dedicatória a qual foi destinada ao único sobrevivente do tráfico dentre os 17 jovens solicitados para o projeto. As famílias dos selecionados compraram a ideia do projeto e foram solícitas quanto às informações com intuito de proteger os filhos que ainda não estavam no crime e aos jovens que viriam.

Durante o projeto, as famílias comunicavam aos pesquisadores quando seus filhos vinham ao óbito, e ao relato de uma das mães chama atenção ao culpar o Estado, por não oferecerem uma política pública que dê retorno. Outro ponto que chama atenção na pesquisa, era o fato de estarem ocorrendo dois enterros no mesmo

local: um do bandido e um do polícia. O mesmo tipo de família, o mesmo crime, a mesma dor e a mesma falta de visão do Governo (BILL; ATHAYDE, 2006).

Entretanto, Faria e Barros (2011) revela que “vários depoimentos demonstram o quanto a comunidade valorizava a atividade dos traficantes, não só pelo suporte financeiro dado às famílias, mas também pela capacidade de “subir na vida”, para ilustrar as controvérsias entre as famílias que sofrem perdendo os seus familiares para o tráfico para as que se beneficiam dos seus ganhos, nessa mesma pesquisa foi realizado um estudo de caso em que após a prisão do seu filho pelo crime de tráfico de drogas, a mãe relata que as “coisas apertaram seu o dinheiro extra” que era colocado dentro de casa, mesmo que ilegal. A pobreza é uma questão funcional para o tráfico de drogas, que se aproveita dos mais jovens para utilizar como mão de obra (SOUZA, 1997).

Dessa forma, foram introduzidas algumas leis de proteção contra o uso da droga também como um modo de coerção para a entrada desses jovens no mercado ilegal dentro da Lei 11.343 sobre drogas que institui um Sistema de Políticas Públicas sobre Drogas no artigo 4 do inciso III onde promove “os valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados” (BRASIL, Lei 11.343:4,III, 2006) até para que seja possível a ressocialização dos indivíduos caso sejam enquadrados na Lei do tráfico de drogas.

De acordo com dados levantados em uma pesquisa feita por Luz, Wosniak e Savi (1999), a Secretaria Municipal da Criança mantém desde 1991 um programa para integração da infância e da adolescência (PIÁ) que atende crianças e adolescentes de famílias de baixa renda. Este programa trabalha a educação preventiva integral que de acordo com os autores da pesquisa é “o processo contínuo de formação integral da pessoa” que tem ações direcionadas para o resto da vida da pessoa e tem como objetivo a garantia de qualidade de vida para que cresçam cidadãos saudáveis e que formem compromissos com si mesmo e com a comunidade, evitando assim o caminho das drogas, tráfico e violência. Tais programas visam ações preventivas para gerar um processo de valorização e crescimento do ser humano para evitar problemas conhecidos pela realidade histórica e cultural do país.

2.4 Programa D.A.R.E e o PROERD no Brasil

O Programa D.A.R.E é um programa de prevenção de uso de drogas na escola, ministrado por policiais, começando na sexta série e estendendo-se até o último ano do ensino médio.

O principal objetivo da *Drug Abuse Resistance Education* (DARE) é ensinar habilidades efetivas de resistência e recusa de colegas para que os adolescentes possam dizer "não" às drogas e aos seus amigos que podem querer que usem drogas. Os objetivos secundários do programa são para construir as habilidades sociais dos alunos e aumentar a sua auto-estima, uma vez que se acredita que eles estão ligados ao uso de drogas de adolescentes.

O DARE foi desenvolvido em 1983 como um esforço conjunto entre o Distrito Escolar do Condado de Los Angeles (Califórnia) e o Departamento de Polícia de Los Angeles. Em 1986, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o Ato de Escolas e Comunidades sem Drogas para promover programas de educação e prevenção de abuso de drogas em todo o país, e DARE se espalhou rapidamente, com muitos distritos escolares adotando-o para seus alunos. Em 1994, o DARE foi o programa de prevenção de drogas na escola mais utilizado, aparecendo em todos os 50 estados dos Estados Unidos e se espalhando para seis países estrangeiros.

2.5.1 População Alvo / Elegibilidade

DARE foi projetado inicialmente para estudantes da escola primária, especificamente quinto e sexto anos. Ao longo dos anos, desenvolveu currículo destinado a estudantes do ensino médio e médio. O foco inicial do programa foi inocular ou fortalecer crianças para resistir à tentação da experimentação de drogas e à pressão dos pares que querem que eles se envolvam no uso de drogas.

2.5.2 Atividades de Programa

O currículo básico do DARE consiste de 17 lições, uma dada a cada semana. Essas lições são ministradas por policiais em salas de aula da escola. As aulas duram cerca de 45 minutos a 1 hora. Segue-se uma breve descrição das 17 lições (ROSENBAUM *et al.*, 1994):

- *Lição 1:* Introdução e segurança pessoal: Introdução e discussão dos direitos pessoais e práticas gerais de segurança
- *Lição 2:* O uso de drogas e abuso: Os efeitos nocivos do uso indevido de drogas
- *Lição 3:* Conseqüências: Consequências do uso de álcool, cigarros e drogas ilícitas
- *Lição 4:* pressões Resistir: Diferentes tipos de pressões para usar drogas são identificados e discutidos
- *Lição 5:* Técnicas de Resistência: Os alunos aprendem estratégias de recusa para combater a pressão dos pares
- *Lição 6:* Construir auto-estima: Importância da auto-imagem e como identificar qualidades positivas em si mesmo e os outros
- *Lição 7:* Assertividade: direitos e responsabilidades e situações que exigem ser assertivo pessoais
- *Lição 8:* estresse Managing: Identificando o estresse e maneiras de lidar com ele sem drogas
- *Lição 9:* Mídia influências: Discussão dos filmes, televisão e técnicas de publicidade
- *Lição 10:* A tomada de decisão e a tomada de risco: Discussão dos comportamentos de risco e as consequências das escolhas
- *Lição 11:* alternativas de uso da droga: Outras atividades os alunos podem se envolver em, além do uso de drogas

- *Lição 12:* O papel de modelagem: Os modelos que não usam drogas e estudantes mais velhos que já ficaram longe das drogas
- *Lição 13:* Sistemas de apoio: Tipos de grupos de apoio e barreiras para a amizade
- *Lição 14:* Gang pressões: Discussão de gangues e as consequências da atividade de gangues;
- *Lição 15:* DARE resumo: DARE avaliação
- *Lição 16:* Tomar uma posição: discussão de como levantar-se para si mesmo quando pressionados a usar drogas
- *Lição 17:* DARE culminar: montagem Award e encorajamento dos participantes para ficar longe das drogas

2.5.3 Teoria do Programa

DARE utiliza a abordagem de influência social para a prevenção do uso de drogas. Essa abordagem psicossocial enfatiza e visa fortalecer as habilidades de recusa das crianças para que elas possam resistir melhor às pressões sociais para tentar usar drogas. Ele também constrói competências sociais gerais para ajudar a prevenir ou pelo menos atrasar o uso de drogas pelos adolescentes. O currículo básico foi construído para e metas crianças em seus últimos anos de escola primária, quinto e sexto graus. Pensa-se que esta é a idade em que as crianças são mais receptivas a mensagens antidrogas e os captura antes de experimentar ou são pressionados a experimentar com drogas por seus pares. Oficiais de DARE recebem 80 horas de treinamento em gerenciamento de sala de aula, estratégias de ensino, habilidades de comunicação, desenvolvimento de adolescentes, informações sobre drogas e instrução completa sobre as 17 lições do DARE.

Estudo 1

Uso de drogas

A regressão logística odds ratio ajustados mostram que Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (DARE) teve um impacto estatisticamente significativo sobre a iniciação dos alunos do uso de álcool, tabagismo ou alcoolismo. Este resultado foi evidente imediatamente após a conclusão do DESAFIO, um ano após a conclusão, e dois anos após a conclusão. Além disso, DARE não afetou desistir do uso de álcool dos alunos durante o período de estudo (Ennett et al., 1994).

Houve alguns impactos positivos do DARE sobre os estudantes. As análises mostram que DARE estudantes, em comparação com estudantes de controle, eram metade da probabilidade de aumentar o uso do cigarro de pré-teste (Wave One) para o pós-teste (Wave Dois). Estudantes rurais que receberam DARE tinham metade da probabilidade de aumentar o uso de álcool em cima pós-teste. Houve, no entanto, nenhum efeito protetor para o álcool evidente para os estudantes suburbanas ou urbanas receber DARE. Isso quer dizer que, embora não se atrevem a impediu adolescentes de uso de cigarros ou álcool, aqueles que participam em Dare não eram tão propensos a aumentar o uso de cigarros ou álcool em comparação com os alunos na condição de controle. Este efeito só foi evidente a partir da Onda Um para Dois, o que significa que este pequeno efeito protetor desgastou após um ano.

Atitudes em relação ao uso de drogas

O único efeito significativo encontrado foi a auto-estima dos alunos. No pós-teste, imediatamente após o 17 DARE aulas foram concluídas, houve um efeito positivo significativo sobre a auto-estima dos alunos. No entanto, se atrevem não teve efeitos imediatos ou a longo prazo sobre as atitudes dos estudantes em relação a drogas ou suas habilidades sociais, e o impulso para a auto-estima não durou todo o período do estudo.

Estudo 2

Uso de drogas

Para a amostra global, Clayton, Cattarello e Johnstone (1996) encontraram um aumento no consumo de drogas. Especificamente, durante o estudo de 5 anos, houve um aumento de 130 por cento no uso de cigarros. As análises olhando para o impacto específico da intervenção DARE revelam resultados igualmente negativos. Não houve diferenças significativas por status de intervenção presente para qualquer um dos resultados de uso de drogas. Assim, para os cigarros, álcool e maconha, não houve diferença perceptível entre os estudantes que recebem DARE ou o grupo de comparação.

Atitudes em relação ao uso de drogas / Habilidades de recusa: Ao longo do período de avaliação de 5 anos, as atitudes negativas em relação ao consumo de droga diminuíram para toda a amostra. Isso incluiu um declínio nas atitudes negativas em relação ao uso geral de drogas e uso específico de cigarros, álcool e maconha. Os alunos, em média, sentiram que a sua capacidade de resistir à pressão dos pares diminuiu fortemente, cerca de 25 por cento entre a linha de base eo ano cinco. Além disso, os alunos perceberam que mais de seus pares estavam usando drogas. A amostra como um todo, tanto de tratamento como de comparação, experimentou uma mudança significativa no seu comportamento relacionado com a droga.

Examinando o grupo de tratamento (DARE) e o grupo de comparação (outra droga educação) revela separadamente um efeito interessante. Para os primeiros medidas de acompanhamento, Dare estudantes mantido atitudes negativas em relação ao uso de drogas e habilidades de recusa moderadamente fortes. Após o total de cinco anos, no entanto, esses pequenos efeitos acabaram, e não há nenhuma diferença perceptível entre DARE alunos e estudantes de comparação.

Estudo 1

Ennett *et al.* (1994) usaram um projeto de pesquisa quase experimental para

avaliar o efeito da Educação de Resistência ao Abuso de Drogas (DARE) sobre o início do uso de drogas. Os dados utilizados neste estudo provêm do estudo Illinois DARE, que foi uma amostra de conveniência de 18 pares de escolas primárias no norte e central Illinois. Essas escolas combinavam-se muito com a composição racial; Número de estudantes de inglês como segunda língua (ou ESL); Porcentagem de alunos de famílias de baixa renda; E o status metropolitano (isto é, urbano, suburbano, e rural). Seis pares de escolas, 12 escolas no total, em áreas urbanas e suburbanas foram aleatoriamente designadas para DARE ou a condição de controle. Nos ambientes rurais, seis pares de escolas foram designados para o DARE ou a condição de controle usando um procedimento não aleatório para minimizar o tempo de viagem e acomodar os horários ocupados dos diretores DARE nos locais mais urbanos. Escolas DARE foram selecionadas fora das escolas que já planejam implementar o programa. Escolas de comparação foram extraídas de condados próximos.

Isto resultou em 1.803 estudantes que participaram no pré-teste ou na coleta de dados de linha de base. A primeira ronda de recolha de dados, Onda One, ocorreu pouco antes da implementação do DARE quando os alunos estavam tanto no quinto ou sexto grau. Onda Dois aconteceu bem no final do DARE programação. As Ondas Três e Quatro ocorreram um ano após o pré-teste e dois anos após o pré-teste, respectivamente. Ao final da coleta de dados, os alunos estavam na sétima ou oitava série. Analisaram-se os alunos presentes e forneceram informações para as quatro vagas de coleta de dados, reduzindo o tamanho da amostra para 1.334 alunos.

A amostra era composta por cerca de um terço de alunos do quinto ano e dois terços do sexto ano, 33 por cento e 67 por cento, respectivamente, e era quase igualmente dividido por sexo, com 51 por cento do sexo masculino. A maioria da amostra (54 por cento) era branca, seguida por afro-americano (22 por cento) e hispânico (9 por cento). As porcentagens de nativos americanos, asiáticos e "outros" não foram relatadas. A maioria das crianças (67 por cento) tinha ambos os pais em casa, e a amostra foi dividida de forma equitativa entre os três diferentes tipos de comunidades: 35 por cento urbana, 38 por cento suburbana e 27 por cento rural.

Os dados coletados mediram comportamentos de uso de drogas, bem como variáveis sociais e psicológicas acreditam estar relacionado com o uso de drogas. Fumar cigarros e beber álcool foram os dois comportamentos focados nesta

avaliação, pois são as duas substâncias mais comumente utilizadas pelos adolescentes. A atitude em relação ao uso de drogas em geral e específico (isto é, cigarros, álcool, maconha), os benefícios e custos percebidos do uso de drogas, auto-estima, assertividade e habilidades de resistência de pares compreendem as variáveis sociais e psicológicas medidas. Também foram coletadas e utilizadas em análises posteriores variáveis socio-demográficas, como sexo, raça / etnia, estrutura da comunidade e tipo de família.

Os pesquisadores usaram uma estratégia de coorte aninhada para analisar os dados coletados. A estratégia aninhada leva em conta que as escolas foram aleatoriamente designadas para receber DARE, não indivíduos. Os alunos dentro das escolas foram acompanhados ao longo do tempo como uma coorte para avaliar os efeitos do DARE em cada onda pós-teste de recolha de dados. Os mínimos quadrados ordinários (OLS) e a regressão logística foram ambos utilizados, dependendo se a variável dependente era contínua ou categórica, respectivamente. Nos modelos de regressão logística, o efeito do DARE está em odds ratio ajustada, e para os modelos OLS, os coeficientes são relatados.

Estudo 2

Clayton, Cattarello e Johnstone (1996) utilizou um desenho quasi-experimental para determinar a eficácia do DARE sobre o uso de drogas na adolescência. De 31 escolas primárias em Lexington, Ky., 23 foram aleatoriamente designadas para receber DARE, e os restantes oito escolas foram selecionados como grupos de comparação. Estas oito escolas de comparação recebeu aulas de educação sobre drogas, mas eles não eram parte do currículo DARE. Uma vez que estas escolas não poderiam ser classificados como "sem tratamento", a avaliação olhou para o programa DARE em relação a outro programa de educação sobre drogas.

Pré-testes / medidas da linha de base foram obtidas antes das lições DARE ou o programa de drogas comparação foi dada na sexta série. A primeira pós-teste foi tomada quatro meses após a conclusão do DARE. Recolhas de dados de

acompanhamento ocorreu a cada ano por cinco anos, com a maioria dos alunos do décimo grau na última onda.

A amostra final foi de 2.071 alunos que completaram as cinco ondas de teste. Esta amostra foi 51 por cento do sexo masculino, 75 por cento branco, 22 por cento afro-americanos e dois por cento de outra raça / etnia. A maioria dos estudantes tinha de 11 a 12 anos de idade no início do estudo, fazendo-os com 16 a 17 anos de idade no final do período de estudo. Um total de 1.550 alunos estavam em tratamento (DESAFIO) em grupo e 551 estudantes estavam no grupo de comparação.

O uso de drogas foi medido como a frequência de uso de cigarros, álcool e maconha no ano passado. Os alunos perguntaram quantos cigarros fumaram, quantos copos de álcool e o número de vezes que fumaram maconha no ano passado. Atitudes específicas de drogas foram medidas, usando uma escala de cinco itens para avaliar como negativamente adolescentes vistos drogas. As atitudes gerais de drogas foram medidas, usando uma escala de sete itens, sem nenhum fármaco específico mencionado em nenhuma dessas questões. A pressão dos pares foi medida com uma escala de nove itens que se concentrou na capacidade do respondente de resistir à pressão dos pares. Além disso, os alunos foram perguntados quantos de seus amigos acreditam usar cigarros, álcool e maconha. Essa medida perceptual foi incluída como uma medida adicional de pressão dos pares.

Modelos de regressão de efeitos mistos foram usadas para determinar a eficácia de curto prazo e de longo prazo de DARE. O método explica a natureza cluster ou hierárquica dos dados, que são estudantes agrupados dentro de escolas e medidas sequenciais aglomeradas dentro de um indivíduo. As trajetórias individuais de uso de drogas são modeladas primeiro, depois variação no status e mudança entre as pessoas dentro das escolas, e por último, variação entre as escolas.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD é a adaptação brasileira do programa norte-americano Drug Abuse Resistance Education - D.A.R.E., surgido em 1983. No Brasil, o programa foi implantado em 1992, pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e hoje é adotado em todo o Brasil; conta com quatro currículos:

- 1- PROERD para Educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental,

- 2- PROERD para 5º ano do ensino fundamental,
- 3- PROERD para 7º ano do ensino fundamental,
- 4- PROERD para Pais/Responsáveis.

3 METODOLOGIA

Esse estudo teve o objetivo de analisar a aplicação do PROERD como ferramenta de auxílio educacional na escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire, onde 17 docentes serão entrevistados com o intuito de identificarmos como estratégias de violência escolar estão sendo aplicadas na instituição escolar.

Para manter a ética com a realização da pesquisa, será solicitado o consentimento da direção das instituições hospitalares, além do Termo de Consentimento Livre Esclarecido para todos os sujeitos das amostras. Posteriormente foram aplicados questionários estruturados para coletar informações com perguntas fechadas em todos os sujeitos envolvidos.

Os dados serão lidos usando os métodos qualitativos e quantitativos com o intuito de responder ao problema proposto. Esses elementos serão tabulados eletronicamente através do programa *Microsoft Excel*, apresentando os resultados através de tabelas, gráficos e transcrições, e seus respectivos comentários comparativos com a teoria utilizada.

Quanto aos meios, este trabalho pode ser descrito em duas etapas. A primeira etapa consistirá em num levantamento de dados para a realização da construção de um referencial teórico baseado na leitura de livros, sites oficiais, artigos, textos científicos e publicações periódicas, a fim de buscar um respaldo teórico para permitir o tratamento dos resultados obtidos.

Na segunda etapa será aplicado o questionário na escola para colhermos a opinião dos docentes. A revisão a literatura possibilitou a obtenção de uma maior diversidade de dados e uma maior objetividade para assuntos de relevância com a pesquisa. Após a coleta dos dados será realizada sua análise e interpretação. A análise será realizada com base no método qualitativo. Segundo Gil (2001) a interpretação de dados objetivos sintetizá-los e organizá-los para se chegar as soluções dos problemas propostos no estudo, buscando formas mais amplas de responder os problemas da investigação.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Foram entrevistados 17 docentes. Dos 100% dos entrevistados, 41,18% possuem mais de 49 anos, 35,29% possuem entre 40 a 49 anos de idade, 17,65% possuem entre 30-39 anos de idade, enquanto que 5,88% não responderam.



Gráfico 1: Idade

Dos 100% dos entrevistados, 58,33% estudaram pedagogia, 11,77% estudaram História, 5,88% estudaram Letras Inglês/Comunicação Social, 5,88% estudaram Geografia e Psicologia, 5,88% fizeram Bacharelado em Direito, 5,88% fizeram magistério e 5,88% cursaram Geografia.

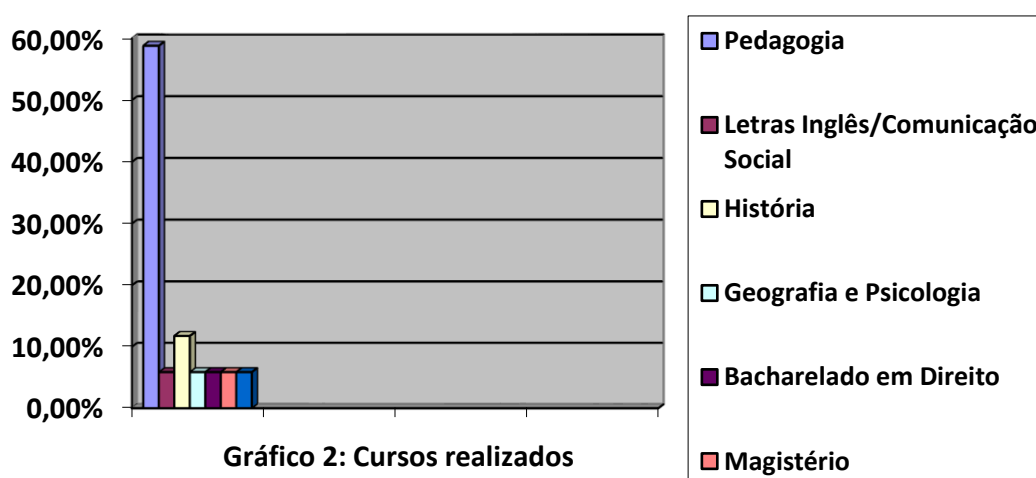


Gráfico 2: Cursos realizados

Em relação ao nível de escolaridade, 76,47% possuem especialização, 17,65% possuem graduação e 5,88% não possuem graduação.

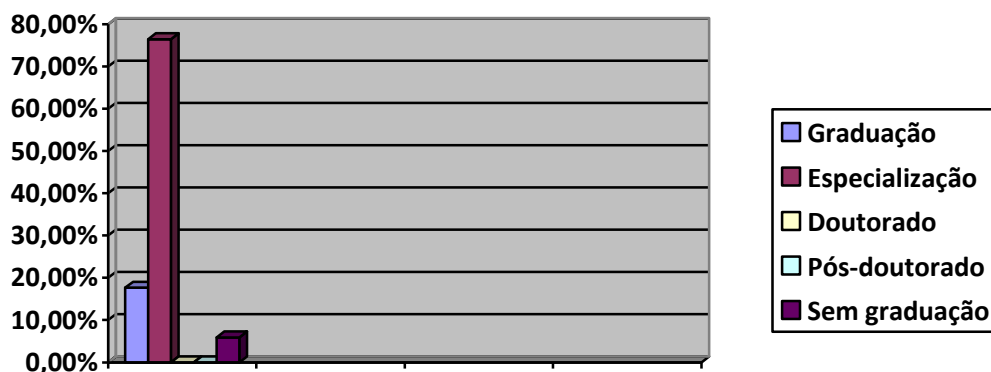


Gráfico 3: Nível de escolaridade

Sobre o tempo de experiência profissional, dos 100% dos entrevistados, 76,47% disseram ter > 12 anos, 11,77% falaram ter de 09 a 12 anos, 5,88% disseram ter de 05 a 08 anos, 5,88% falaram ter 01 a 04 anos.



Gráfico 4: Tempo de experiência profissional

Sobre os casos de violência na escola, dos 100% dos respondentes 58,83% disseram que às vezes, 17,65% disseram que nunca, 11,76% falaram que nem sempre, 5,88% falaram que sempre e 5,88% não responderam.

A violência escolar pode desenvolver dentro da escola (em uma sala de aula, um corredor, um pátio, etc.) ou de outros locais que estão ligados a ele. Suas vítimas podem ser estudantes, professores, funcionários da escola ou parentes de alunos (BERMAN, 2009).

Dentro de violência escolar podemos ressaltar que existem três tipos que são determinados de acordo com quem é o agressor e quem a vítima. Por exemplo, podemos falar em um primeiro mandato do que a violência dos alunos para outros estudantes. Isso se traduz ambas as lesões de vários tipos e roubo de objetos pessoais, agressão sexual ou homicídio.

Nos últimos anos, esse tipo de violência tem resultado em casos conhecidos em todo o mundo em que as vítimas sentem-se "esmagados" e humilhados aos limites absolutos, acabaram por cometer suicídio.

Em segundo lugar, vemos que a violência escolar é exercido pelos alunos que se acham em condições superiores aos demais. Ela se manifesta fisicamente, através de lesões de diferentes categorias e psicologicamente usando insultos e humilhações de tipos muito variados. Um fato que, infelizmente, tem experimentado um crescimento significativo nos últimos anos.

E terceiro é que a violência escolar é exercida pela própria equipe escolar que trabalham no campo da administração ou serviços. Entre as manifestações mais comuns deste tipo de violência são os seguintes:

Ataques contra o aspecto emocional das vítimas através da humilhação ou violência verbal em toda sua extensão.

Violências físicas.

Relações confusas. Esta categoria que vão desde o abuso sexual de assédio de vários tipos.

Existem muitas causas que podem promover o surgimento de violência escolar. Os especialistas falam sobre a falta de limites no comportamento, a transmissão de situações de violência através da mídia que pode gerar um efeito de contágio e as condições de exclusão social e discriminação.

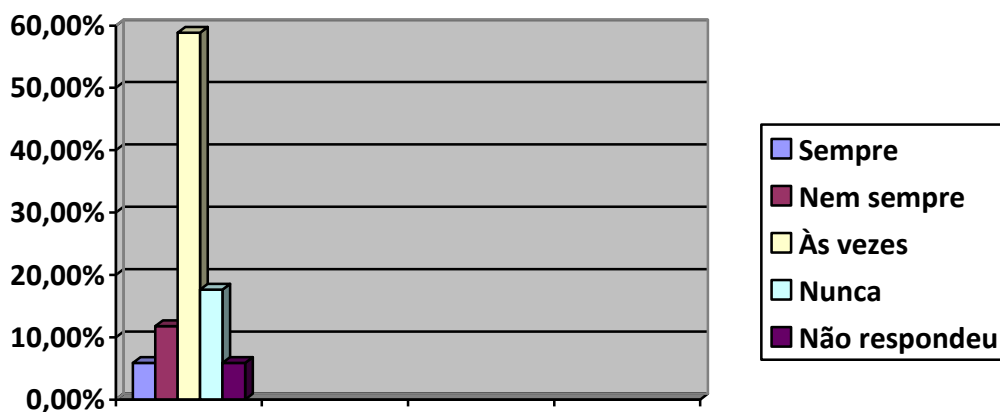


Gráfico 5: Violência na escola

A próxima questão indagou: A escola registra número de alunos usuários de drogas? Dos 100% dos entrevistados, 58,83% falaram que nunca, 35,29% disseram que às vezes e 5,88% disseram que sempre.

Não são muitos fatores que influenciam o uso de drogas entre jovens: falta de supervisão da família, pressão dos pares, ruptura da estrutura familiar, banalização ao consumo por meio de comunicação social.

Existem outras razões que podem levar ao consumo de drogas como o momento e a sensação para o estabelecimento de estratégias para prevenir o consumo de forma diversificada e global.

Muitas vezes, as atividades devem ter como foco a prevenção somente em alguns dos fatores para contribuir para o uso de drogas. Por exemplo, um programa de educação sobre drogas pode ensinar habilidades para resistir a pressão social, indiferente de outras influências, como a imagem do álcool nos meios de comunicação ou associado com a venda de drogas ilegal. Um programa de prevenção com tais objetivos restritos, não produz resultados duradouros.

Drogas e problemas relacionados a ela, são muitas vezes questões sociais como pessoas. No entanto, uma solução global para os problemas relacionados com o fármaco, deve ir além do indivíduo para se concentrar na família, a comunidade e na sociedade.

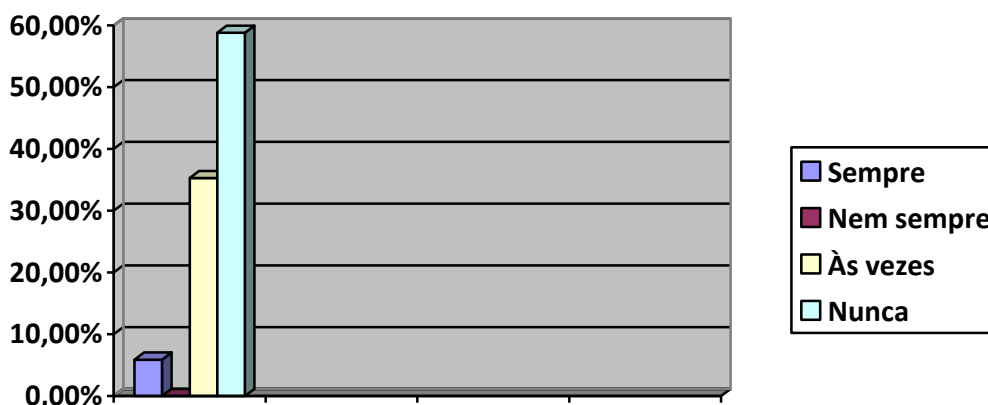


Gráfico 6: Usuário de drogas

A próxima questão indagou: Existe algum tratamento diferencial para os alunos usuários de drogas? Dos 100% dos entrevistados, 70,59% falaram que nunca, 5,88% disseram que sempre, 11,77% disseram que nem sempre, 5,88% falaram que às vezes, enquanto que 5,88% não responderam.

Estudos como o de Berman (2009) mostra que os professores precisam de muito treinamento para saber mediar alunos com problemas com drogas, recomenda-se que haja:

- 1 Uma comunicação amistosa;
- 2 O estabelecimento de um diálogo sem permissividade, rigidez e ditadura.
- 3 O professor deve rever os seus próprios conceitos e atitudes para abordar a questão.
- 4 O professor deve estabelecer programas preventivos para informar e educar.
- 5 Identificar a população afetada pelos abusos de drogas.
- 6 Estabelecer programas que dão resposta para as lacunas.
- 7 Incentivar o desenvolvimento de estima.
- 8 Identificar e motivar os alunos líderes.
9. Tendo o apoio e a colaboração dos pais.
10. Formação de grupos de apoio com pais de família.

Quando se sabe ou disse que um aluno está usando drogas, e essa situação toma conhecimento público, professores e / ou escola precisam se perguntar algumas perguntas, a fim de considerar se uma intervenção é necessária ou não, e em caso afirmativo é preciso diálogo com os pais e o corpo diretivo para decidir que tipo de intervenção é melhor de ser adotada.

As perguntas que devem ser feitas para tratar corretamente cada caso são (CLAYTON, 1996):

- 1. Por que os alunos estão consumindo drogas?*
- 2. Como é que ele sabia ou conheceu a situação problemática?*
- 3. Como é o desempenho dos alunos?*
- 4. Como regularmente frequentam a escola? Chegam tarde?*
- 5. Como é que se relacionam com seus pares? E sobre o relacionamento com os professores?*
- 6. Como as evidências do consumo de drogas foi observado?*

Tendo em conta que o lugar de professores adultos na instituição é dada principalmente por seu papel educativo, deve estar sempre presente estas seis com perguntas básicas em todas as situações ligadas ao consumo de substâncias psicotrópicas.

Identificar todos os que usam uma droga ilegal com um "viciado" está errado uma vez que existem diferentes tipos de ligações de pessoas com essas substâncias e nem todas necessariamente estão viciadas.

Por o outro lado entre o uso de drogas ilegais e o vício não há uma relação direta necessária, não existe nenhuma ligação entre o uso de drogas lícitas e saúde, como também a droga pode ser permitida para ser parte de uma relação de dependência ou abusiva.

A possibilidade de que o consumo de uma determinada substância possa gerar problemas para a pessoa ou comunidade é dada pelo tipo de ligação de cada sujeito com a substância em um determinado ambiente.

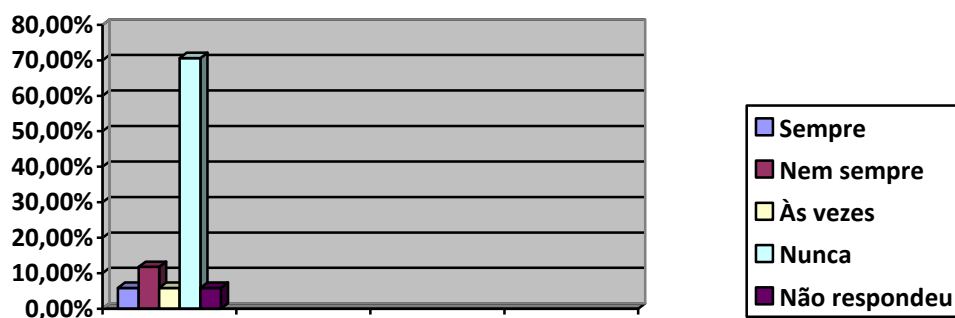


Gráfico 7: Tratamento diferenciado para dependentes de drogas

A próxima questão indagou: O PROERD tem sido utilizado como ferramenta de auxílio educacional na escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire? Dos 100% dos entrevistados, 76,47% disseram que sempre, 17,65% falaram que às vezes, enquanto que 5,88% disseram que nunca.

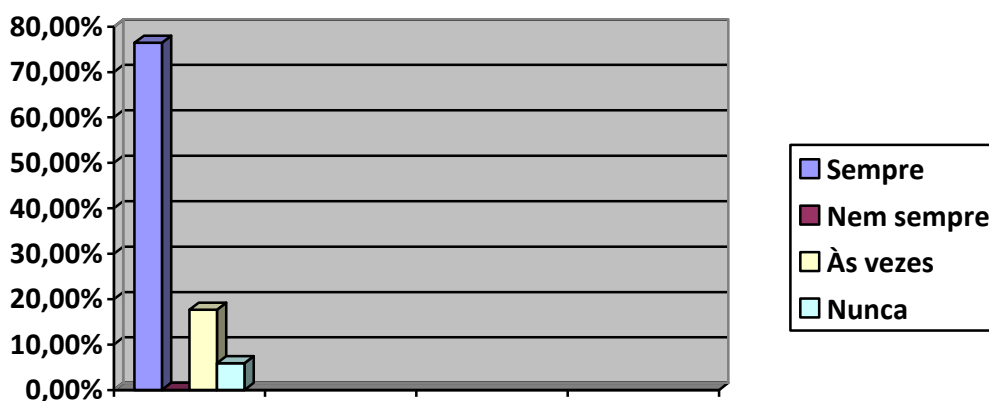


Gráfico 8: PROERD

O PROERD é um programa essencialmente preventivo que precede as ações de repressão e uso de drogas e contenção de todas as formas de violência e todos os seus aspectos (físico / psicológico). O projeto visa a evitar que as crianças e adolescentes em fase escolar comecem a usar os vários medicamentos existentes em nosso meio, por despertar a consciência para este problema e também para a questão da violência; além de preparar os pais no intuito de oferecer suporte aos seus filhos sobre o problema.

Em meio a violência e fácil acesso às drogas, PROERD deveria ser adotado na escola, pois ajuda para manter os jovens longe desta doença social.

Os programas de prevenção de drogas, como o PROERD, ocorrem durante o dia escolar. Como o uso de drogas é altamente influenciado pelas atitudes e normas percebidas pelos colegas, são necessárias abordagens escolares abertas a todos os alunos da escola, além de abordagens que visam recuperar os adolescentes que usam drogas.

Os programas baseados na escola podem incluir programas de dia escolar, prolongado ou pós-escolar, podem ser entregues pelo pessoal da escola ou por facilitadores comunitários e podem ser obrigatórios (como uma aula de educação para a saúde) ou voluntários (como um curso eletivo).

Abordagens eficazes para a prevenção de drogas e álcool nas escolas incluem ensinar aos alunos como resistir às influências de colegas, melhorar as habilidades genéricas de vida, envolvendo famílias e proporcionar oportunidades para se envolverem em experiências positivas com outras pessoas na escola e na comunidade.

Em contraste, abordagens ineficazes incluem aquelas que agrupam os usuários de substâncias em conjunto e abordagens que se concentram apenas na disseminação de informações ou no ensino sobre os perigos do uso de substâncias.

Programas eficazes para alunos do ensino fundamental abordam questões como autocontrole, consciência emocional, habilidades de comunicação e habilidades sociais de resolução de problemas; E os programas eficazes para estudantes mais velhos procuram construir habilidades de uma comunicação; Auto-eficácia e assertividade, e habilidades de resistência aos medicamentos (CLAYTON, 1996).

Os programas de prevenção de uso de substâncias devem ser de longo prazo e incluir sessões de reforço para evitar que os impactos do programa se deteriorem ao longo do tempo. Os programas também devem ser implementados por um número adequado de horas (pelo menos 11 horas (CLAYTON, 1996).

Quando o uso da substância é desenfreado dentro da comunidade, programas de prevenção de drogas baseados na escola podem ser implementados em conjunto com estratégias baseadas na comunidade que reduzem fatores de risco como a disponibilidade de drogas e álcool e promovem normas que desencorajam o uso de drogas.

CONCLUSÃO

Muitas vezes, as reações das pessoas sabem do envolvimento de pessoas com as drogas em primeira instância, sentem: *medo, rejeição e estigmatização*.

As instituições educacionais devem assumir a responsabilidade juntamente com os pais no acompanhamento desses jovens.

Deve-se lembrar que, com questões sensíveis como o uso de drogas necessita de acompanhamento especializado, pois carregam uma forte conotação moral, e é muito importante lidar com esse assunto em respeito e em forma confidencial.

Qualquer intervenção para prevenir ou recuperar dependentes químicos deve ser feita a partir de uma atitude solidária e respeitosa, considerando o aluno como um sujeito de direito. É necessário para isso, rever os preconceitos e evitar abordagens estigmatizantes ou desqualificantes.

O assunto é delicado e a prevenção e a intervenção sobre a temática deve ser uma parceria de uma junta de profissionais. A escola deve fazer a sua parte como orientadora, utilizando como estratégias de prevenção o emprego da metodologia como a do PROERD, que envolvem equipes de apoio externas à escola, mas que tem muito a contribuir como mostrado nesse estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA, V. M. **O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BERMAN, Greg, and Aubrey Fox. 2009. "**Lessons From the Battle Over D.A.R.E.: The Complicated Relationship Between Research and Practice**." Washington D.C.: Center for Court Innovation, Bureau of Justice Assistance, Office of Justice Programs, U.S. Department of Justice. http://www.bja.gov/pdf/CCI_DARE.pdf
- BILL, MV; ATHAYDE, Celso. **Falcão: meninos do tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva/Cufa, 2006.
- BRASIL. Código Penal Brasileiro. Artigo 33 da Lei nº 11.343 do Código Penal Brasileiro. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10867208/artigo-33-da-lei-n-11343-de-23-de-agosto-de-2006>). Acesso em 20 de outubro de 2013.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). **Estatuto da criança e do adolescente**. DF, Brasília, 1990.
- BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. DF, Brasília, 1988.
- Center for the Study and Prevention of Violence, Institute of Behavioral Science, University of Colorado at Boulder. N.d. "**Position Summary**" <http://www.colorado.edu/cspv/publications/factsheets/positions/PS-001.pdf>
- COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. 3 Edição. Graal: Universidade do Texas, 1986.
- Clayton, Richard R., Anne M. Cattarello, Bryan M. Johnstone. 1996. "**A Eficácia do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Projeto DARE):. 5 anos de seguimento Resultados**" *Medicina Preventiva* 25: 307-18.
- DOWDNEY, L. **Crianças do tráfico – um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 letras. 2004.
- DRUG Abuse Resistance Education. 1996. "**Home**." Accessed February 2011. <http://www.dare.com/home/default.asp>
- ENNETT, Susan T., Nancy S. Tobler, Christopher L. Ringwalt, Robert L. Flewelling. 1994. "**How Effective Is Drug Abuse Resistance Education? A Meta-Analysis of Project DARE Outcome Evaluations**." *American Journal of Public Health* 84: 1394–1401.
- ENNETT, Susan T., Dennis P. Rosenbaum, Robert L. Flewelling, Gayle S. Bieler, Christopher L. Ringwalt e Susan L. Bailey. 1994. "**Avaliação a Longo Prazo da Educação em Resistência ao Abuso de Drogas**". *Comportamentos Aditivos* 19: 113-25.

- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. José Silveira Paes. 3 ed. São Paulo: Global, 1984.
- FARIA, A. A. C.; BARROS, V. A. **Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas**. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 3, p. 536-544, 2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 6º ed. ver. Atualizada: Curitiba: Positivo, 2005.
- GIL, AC. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2001.
- GOMES e MOLINA. **A abordagem dos maus-tratos contra a criança e o adolescente em uma unidade pública de saúde**. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.7.2000.
- HANSEN, William B., and Ralph B. McNeal Jr. 1997. **“How D.A.R.E. Works: An Examination of Program Effects on Mediating Variables.”** *Health Education Behavior* 24: 165–76.
- KIM, J. E. **Interação social e crimes femininos: uma análise empírica a partir dos dados do presídio feminino de Brasília**. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2009.
- LUZ, A.A.; WOSNIAK, F.L.; SAVI, C.A. **Vulnerabilidade ao abuso de drogas e a outras situações de risco**. *Educar em Revista*, v.15, 2004.
- MISSE, M. **As ligações perigosas: mercado informal, ilegal, narcotráfico e violência no Rio**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.
- MOREIRA FILHO, Guaracy. **Vitimologia – o papel da vítima na gênese do delito**. São Paulo: Editora Jurídica, 1999.
- ONU/UNICEF. **Declaração dos Direitos universais da criança e do adolescente**. http://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_Universal_dos_Direitos_da_Crian%C3%A7a Ringwalt, L. Christopher, Susan T. Ennett, and Kathleen D. Holt. 1991. “An Outcome Evaluation of Project DARE (Drug Abuse Resistance Education).” *Health Education Research* 6: 327–37.
- PIAGET, Jean. **Intelligence and affectivity: their relationship during child development**. *Annual Reviews*, Palo Alto-CA, 1954: ed. USA, 2006.
- RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. **Vitimologia: Revista Síntese de direito penal e processual penal**, n.º 7, p. 30/37, abr./mai., 2001.
- RINGWALT, L. Christopher, Jody M. Greene, Susan T. Ennett, Ronaldo Iachan, Richard R. Clayton, and Carl G. Leukefeld. 1994. **“Past and Future Directions of the D.A.R.E. Program: An Evaluation Review.”** Washington D.C.: National Institute of Justice, Office of Justice Programs, U.S. Department of Justice. <http://www.nij.gov/pubs-sum/152055.html>

- RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra.** Contexto int., Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, June 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Mai 2015.
- ROSENBAUM, Dennis P., Robert L. Flewelling, Susan L. Bailey, Chris L. Ringwalt, Deanna L. Wilkinson. 1994. **“Cops in the Classroom: A Longitudinal Evaluation of Drug Abuse Resistance Education (DARE).”** Journal of Research in Crime and Delinquency 31:3–31.
- ROSENBAUM, Dennis P. 2007. **“Just Say No to D.A.R.E.”** Criminology and Public Policy 6: 815–24.
- SIGLER, Robert T., and Gregory B. Talley. 1995. **“Drug Abuse Resistance Education Program Effectiveness.”** American Journal of Police 14:111–21.
- SILVA, Mario Bezerra da. **Artigo Vitimologia**, 2007. Disponível em: <http://www.uj.com.br/publicações/doutrinas/5868/Vitimologia>.



**FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE DOCENTES

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: "PROERD como ferramenta de auxílio educacional na escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire", que tem como pesquisador responsável: _____.

A Pesquisa atenderá as exigências éticas e científicas, e os participantes da mesma terão seu anonimato preservado. Os protocolos éticos desta pesquisa estão amparados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que "fundamenta-se nos princípios internacionais que emanaram declarações e diretrizes sobre pesquisa que envolve seres humanos" (CNS, 1996).

Caso você decida participar, você deverá consentir e fornecer dados ao pesquisador.

Os dados da entrevista serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar.

Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em arquivo, local seguro, Departamento de Pesquisa por um período de 5 anos.

Durante a realização dos procedimentos acima descritos, a previsão de riscos é mínima.

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas ligando para _____, Telefone: _____, ou entrando em contato pelo meu e-mail pessoal: _____. A pesquisa ocorrerá na instituição _____, no endereço:_____.

Você tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você.

Se você tiver algum gasto pela sua participação nessa pesquisa, ele será assumido pelo pesquisador e reembolsado para você.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com o pesquisador responsável _____.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa "**PROERD como ferramenta de auxílio educacional na escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire**", e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Cidade, _____/09/2016.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

DOCENTES

1- Idade:

- a- 18-29 anos
- b- 30-39 anos
- c-40 a 49 anos
- d- Mais de 49 anos

2- A sua Graduação foi em?

3- Qual seu nível de escolaridade?

- a- graduação
- b- especialização
- c- doutorado
- d- pós-doutorado

4- Tempo de experiência profissional?

- a- < 1
 - b- 01 a 04
 - c- 05 a 08
 - d- 09 a 12
 - e- > 12
-

5- Os casos de violência são recorrentes da escola?

- a- Sempre
- b- Nem sempre
- c- Às vezes
- d- Nunca

6- A escola registra número de alunos usuários de drogas?

- a- Sempre

- b- Nem sempre
- c- Às vezes
- d- Nunca

7- Existe algum tratamento diferencial para os alunos usuários de drogas?

- a- Sempre
- b- Nem sempre
- c- Às vezes
- d- Nunca

8- O PROERD tem sido utilizado como ferramenta de auxílio educacional na escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire?

- a- Sempre
- b- Nem sempre
- c- Às vezes
- d- Nunca

ANEXO 2

PROERD HOJE

INTRODUÇÃO

Hoje, sem ao menos percebermos, encontramos na Terceira Guerra Mundial, guerra contra as drogas, que se alicerça basicamente em três pontos fundamentais: Erradicação das culturas de vegetais psicotrópicos, Supressão do tráfico transcontinental e repressão do comércio clandestino. Esquecendo, todavia, do trabalho fundamental ou de base, que é a prevenção junto àqueles que ainda não tiveram contato com as drogas.

A Polícia Militar Brasileira, diagnosticando esta falha, vem desde 1.992 desenvolvendo um programa educacional que visa prevenir crianças, em idade escolar, dos males causado pelo uso das drogas, para isso foi criado o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à violência) um programa que vai além dos tradicionais programas contra as drogas, que não invalida qualquer outro programa de prevenção dirigido aos jovens.

É um programa que ensina as crianças a resistirem às drogas, e ainda, as ensinam a como resistir na prática as ofertas de certas pressões dos grupos, e de atos violentos.

Com o PROERD a Polícia Militar do Estado de Paraná, juntamente com as Secretaria de Estado da Educação, Secretarias Municipais de Educação, Núcleos Regionais de Educação e as Escolas Particulares. De imediato foi alcançado um excelente nível de integração entre a Polícia Militar, alunos, pais, professores e comunidade, facilitando sobremaneira o papel constitucional de Polícia Preventiva.

CONCEITO

- 1) O Programa Educacional de Resistência à Violência e às Drogas (PROERD), constitui uma forma de atuação da POLICIA MILITAR DO PARANÁ voltada para a prevenção ao uso indevido de drogas, às ações de violências entre os jovens.
- 2) A presença de policiais militares nas escolas para a aplicação do PROERD, aumenta também a possibilidade de redução de outros problemas locais afetos à segurança pública, aproximando a POLICIA MILITAR e a própria instituição de ensino e a comunidade.
- 3) O PROERD tem por base, o Projeto "D.A.R.E.", inicialmente desenvolvido e aplicado pelo Departamento de Polícia e o Distrito Escolar Unificado da cidade de Los Angeles/EUA e que hoje está sendo aplicado em todo o País e em mais 47 países. Sendo desenvolvido no Brasil, após as adaptações necessárias à nossa realidade social e cultural.
- 4) A vinda do "D.A.R.E." para o Brasil, foi proporcionada através da realização de cursos específicos ministrados pelo Centro de Treinamento do D.A.R.E. de Los Angeles/EUA, a integrantes da Polícia Militar do Estado de Rio de Janeiro.
- 5) A aplicação do PROERD, esta sendo procedida no Paraná através da resolução conjunta

nº 002/2000, firmado entre a Secretaria da Segurança Pública e a Secretária Estadual da Educação, podendo ser aplicado em qualquer estabelecimento de ensino que o queira.
- 6) O PROERD está sendo desenvolvido por Policiais Militares, que possuem o Curso de Formação de Instrutores PROERD.
- 7) Em momento algum será concebida a autorização de serem ministradas fora do padrão PROERD.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Com caráter social preventivo, que tem como objetivo prevenir o uso de drogas, inserindo em nossas crianças a necessidade de desenvolver as suas potencialidades para que alcancem de maneira concreta e plenamente seus sonhos de uma sociedade mais justa e segura.

Este Programa consiste num esforço cooperativo da Polícia Militar, através dos Policiais Instrutores PROERD, Educadores, Pais e Comunidade para oferecer atividades educacionais em sala de aula, a fim de prevenir e reduzir o uso de drogas e a violência entre crianças e adolescentes.

OBJETIVO

Diante do aumento do consumo de drogas proibidas ou não, entre crianças e adolescentes em idade escolar, torna-se necessário um trabalho efetivo e contínuo de prevenção de uso de drogas, entre os jovens que ainda não tiveram contato com tais substâncias.

O programa tem por objetivo a prevenção ao uso de drogas entre crianças em idade escolar, o qual será desenvolvido através de:

1. Fornecimento de informações aos estudantes sobre álcool, tabaco e drogas afins;
2. Ensinar os estudantes, as formas de dizer não às drogas;
3. Ensinar os estudantes a tomar decisões e as consequências de seus comportamentos;
4. Trabalhar a autoestima das crianças, ensinando-as a resistir às pressões que as envolvem.